



A SERPENTE FORA DO OVO: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista

Alceu Luís Castilho
Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo visa identificar um novo momento na atuação da bancada ruralista, em Brasília, em um contexto de refluxo da democracia no Brasil. O papel de representar o agronegócio ganhou contornos recentes com a influência decisiva na derrubada de uma presidente eleita e na manutenção do presidente Michel Temer no poder. A essa atuação correspondeu uma ofensiva – supremacista – contra os povos do campo, seja pela afirmação de um discurso de superioridade (em relação a indígenas e quilombolas), seja pela criminalização de movimentos sociais e de seus defensores, seja pela expansão territorial. A distribuição regional dos componentes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) indica que esse supremacismo tem boa parte de sua força nos representantes políticos do sul do país – mesmo que eles tenham migrado, como empresários e fazendeiros, para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Palavras-chave: Golpe; bancada ruralista; supremacia.

LA SERPIENTE FUERA DEL HUEVO: el frente del agronegocio y el supremacismo ruralista

Resumen

Este artículo busca identificar un nuevo momento en la actuación de la bancada ruralista, en Brasília, en un contexto de reflujo de la democracia en Brasil. El papel de representar al agronegocio ganó contornos recientes con la influencia decisiva en el derrocamiento de una presidenta electa y en el mantenimiento del presidente Michel Temer en el poder. A esa actuación correspondió una ofensiva - supremacista - contra los pueblos del campo, sea por la afirmación de un discurso de superioridad (en relación a indígenas y quilombolas), sea por la criminalización de movimientos sociales y de sus defensores, sea por la expansión territorial. La distribución regional de los componentes del Frente Parlamentario de la Agropecuaria (FPA) indica que esa supremacía tiene buena parte de su fuerza en los representantes políticos del sur del país - aunque hayan migrado, como empresarios y granjeros, a las regiones Norte y Centro-Oeste.

Palabras-clave: Golpe; parlamentarios ruralista; supremacia.

INTRODUÇÃO

Em análise sobre os anos 1980, BRUNO (2002) mencionava o filme “O ovo da serpente” (1977), de Ingmar Bergman, obra que associava o momento político da Alemanha nos anos 1920 ao amadurecimento do nazismo. A autora identificava o aumento da violência no campo e a multiplicação dos grupos de defesa da propriedade como sinal de que “algo estava no ar”. Embora faltasse a desesperança como elemento definidor – para Bergman – do ambiente propício para o surgimento de um líder carismático. Três décadas após a redemocratização, a serpente já se arrasta e o ar da democracia – em meio aos casuísmos jurídicos e parlamentares em curso no país – torna-se mais rarefeito. Paradoxalmente, aqueles grupos que se mobilizavam em torno da União Democrática Ruralista (UDR) ganharam força simbólica no Congresso e se institucionalizaram, principalmente na Frente Parlamentar da Agropecuáriaⁱ, e conseguem nesses espaços institucionais terreno fértil para a redução de direitos sociais.

Essa frente parlamentar, como iremos demonstrar, foi decisiva na derrubada da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e na manutenção, nesse mesmo ano, do presidente Michel Temer no poder. Mais do que isso: diante dos serviços prestados, esses deputados e senadores vêm protagonizando uma pedalada autoritária contra os povos originários e tradicionais no Brasil, por meio da criminalização – como na CPI da Funai e do Incra – e da tentativa de eliminação, de apagamento das expressões no campo que não sejam aquelas do agronegócio. A campanha “O Agro é Pop”, da Globo, elimina a palavra negócio e celebra um modelo que os políticos buscam tornar cada vez mais hegemônico no Congresso. Os modelos camponês e indígena são invisibilizados.

Essa disputa é ao mesmo tempo política, discursiva e territorial. A partir de trabalhos de BRUNO, COSTA (2012), WELCH (2018), SILVA (2017) e TELES (2018) procuraremos apresentar – em diálogo com levantamentos próprios, alguns deles publicados em veículos jornalísticos - alguns sinais de que existe um avanço supremacista em curso no Brasil, com fins de expansão territorial. A adesão de boa parte da bancada ruralista a um candidato à Presidência da República que flerta com o racismo, ainda que ela faça acenos para outros representantes do poder econômico, mostra que o novo momento do país permite a essa frente se distanciar cada vez mais – legal e discursivamente – da Constituição de 1988 e, portanto, das garantias democráticas, para afirmar esse projeto expansionista.

O SUPREMACISMO RURALISTA

Ganhou muita repercussão, em 2014, um discurso no Rio Grande do Sul do deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), no qual ele se refere a povos indígenas (“índios”), quilombolas, gays e lésbicas como “tudo o que não presta”. Essa declaração supremacista foi sucedida pelo discurso de outro colega, assim como ele, influente na Frente Parlamentar da Agropecuária, Alceu Moreira (MDB-RS). A fala de Moreira, vice-presidente da FPA na Câmara, convidava os produtores rurais ao confronto direto com os povos indígenas: “Nós, os

parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário”ⁱⁱ.

Temos, ao mesmo tempo, uma determinada percepção sobre povos originários e tradicionais e uma definição de estratégia política – e territorial. Os discursos racistas não estão desconectados de uma ação efetiva contra os povos do campo. Eles se sucedem, na voz de diferentes parlamentares, na história política recente do país. Indicado como candidato à Vice-Presidência da República na chapa do deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), o general Antonio Hamilton Mourão (PRTB) disse no Rio Grande do Sul que o Brasil herdou a “indolência” dos índios e a “malandragem” dos africanosⁱⁱⁱ. O próprio deputado, em discurso na Hebraica, no Rio, declarou – e foi condenado por isso, em 2017 – que quilombolas “não servem nem para procriar”^{iv}. Um candidato que acabou desistindo da disputa, o empresário pernambucano Flávio Rocha, classificou integrantes do MST como “terroristas” e “vagabundos”^v.

Há uma literatura recente que associa diretamente o discurso dos ruralistas ao genocídio contra os povos indígenas. SILVA (2017), ao analisar o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra, destacou a dedicatória, presente nas primeiras páginas do documento, a capitães-mores do passado colonial. Essa CPI recomendou o indiciamento de antropólogos, indigenistas, lideranças e até procuradores^{vi}. TELES (2018) associa diretamente o genocídio indígena contemporâneo no Brasil ao discurso da bancada ruralista no Congresso. Esse discurso, diz ele, “legitima projetos de lei anti-indígenas que promovem a desregulamentação dos direitos territoriais indígenas, causando seu extermínio e fomentando o ressurgimento de pressupostos neocoloniais no cenário político brasileiro”. O autor cita ARENDT (1951), que associa a legitimidade do poder à ação discursiva “em que a palavra e o ato não se divorciam, em que as palavras não são vazias e os atos não são brutais”, onde as palavras revelem realidades “e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar novas relações e realidades”.

Ao falar da exclusão social e política dos trabalhadores rurais e das populações do campo pelo patronato rural e agroindustrial, BRUNO (2015) definiu como um dos traços do princípio da exclusão “a desqualificação e a negação do outro, expressas, sobretudo, pela lógica da incapacidade e do despreparo e a recusa à alteridade”:

A face cruel da exclusão do outro é sua eliminação física, é a violência como prática de classe e a imensa dificuldade de sentar-se à mesa para negociar. No imaginário social os grandes proprietários de terra, mas não exclusivamente eles, são representados com uma arma na cintura e suas milícias, pensados como. E durante a Nova República o então presidente da Federação da Agricultura de São Paulo afirmou

na grande imprensa, “se é para imolar gente que começemos logo”.

O PAPEL DAS ELITES DO SUL

A lista de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) contida no site da organização mostra que 118 entre 226 deputados signatários, em meio à 55ª Legislatura, são do Sul e Sudeste. O Nordeste entra com 51 deputados; o Norte, com 18; Centro-Oeste, com 29. É fato que Unidades da Federação menos populosas elegem menos representantes, mas estados como Pará e Rondônia foram os únicos a não ter ninguém nessa lista. Por mais que a bancada ruralista vá além dos membros da FPA, os dados mostram o protagonismo de parlamentares das regiões mais ricas – e sem vínculo nenhum com as populações tradicionais. No caso do Centro-Oeste, a maior parte dos deputados eleitos (11 de Goiás, os 8 do Mato Grosso, 6 do Mato Grosso do Sul, 4 do Distrito Federal) compõe a FPA e tem vínculos diretos com o agronegócio.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Lista de deputados por UF e região^{vii}

Região Norte – 18	Região Nordeste – 51	Região Sudeste – 71
Acre – 5 Amapá – 3 Amazonas – 1 Pará – 0 Rondônia – 0 Roraima – 3 Tocantins – 6	Alagoas – 4 Bahia – 13 Ceará – 7 Maranhão – 5 Paraíba – 8 Pernambuco – 4 Piauí – 4 Rio Grande do Norte – 4 Sergipe – 2	Espírito Santo – 6 Minas Gerais – 32 Rio de Janeiro – 15 São Paulo – 18
Região Centro-Oeste – 29	Região Sul – 47	
Distrito Federal – 4 Goiás – 11 Mato Grosso – 8 Mato Grosso do Sul – 6	Paraná – 20 Rio Grande do Sul – 16 Santa Catarina – 11	

Essa proporção de parlamentares do Sul e Sudeste é maior que a descrita por BRUNO (2015), conforme levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em relação à 55ª Legislatura (2015-2019). O Diap utiliza critérios próprios para definir a bancada ruralista, não coincidindo com a lista – de 2018 – da FPA. Por aquele levantamento a liderança ficava com os deputados do Nordeste (40 deputados), seguido das regiões Sudeste (30) e Sul (22). Defendemos a reorganização dos critérios para a definição – e contagem – dessa bancada, mas destacamos aqui a lista da FPA pelo que ela contém de auto definição dos deputados (a frente é controlada por deputados, embora contenha também senadores) em relação à condição de ruralistas.

Em todos os casos existe a defesa dos interesses de classe. A presidente da FPA, por exemplo, deputada Tereza Cristina Corrêa da Costa (DEM-MS), descende de uma família que comandava o Mato Grosso desde o início do século 20. Ela defende de forma sistemática posições contra os povos indígenas – numa região com um dos maiores conflitos da América do Sul – e participou ativamente da CPI da Funai e do Incra. Membros de um dos troncos da família Corrêa – parentes distantes da parlamentar - reivindicam uma propriedade, a Fazenda Esperança, incidente na Terra Indígena Taunay-Ipegue, em Aquidauana. Ainda no Mato Grosso do Sul, o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) possui uma fazenda, Santa Claudina, incidente com a TI Guyarroká, em Caarapó.

Trata-se de uma elite branca. Seria necessário um levantamento específico para dar corpo estatístico a essa definição, mas é um fato notório a pequena participação de parlamentares negros e pardos no Congresso. A hipótese a ser demonstrada é que, no caso da bancada ruralista, essa participação seja ainda menor. Entre os 17 dirigentes (presidente, vice-presidentes, coordenadores, coordenadores de comissão), não há dúvida: são todos brancos. O Congresso Nacional – que só teve um parlamentar indígena em sua história, o deputado Constituinte Mário Juruna (PDT-RJ) – não tem nenhum representante indígena, na Câmara ou no Senado. Também não tem nenhum representante quilombola. Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a força política mais organizada dos camponeses, dois: Marcon (PT-RS) e Valmir Assunção (PT-BA). Este último, negro.

A TOMADA DO PODER

Os parlamentares da FPA foram decisivos para a tomada do poder pelo MDB, em 2016, após votações na Câmara e no Senado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ficaram conhecidas as sucessivas declarações dos deputados, no dia 17 de abril (aniversário de 20 anos do massacre de Eldorado dos Carajás), mencionando Deus e a família. Um dos deputados, o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL-RJ, na época no PSC), fez um discurso em homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos torturadores mais conhecidos do regime militar (1964-1985). Um deputado paraense, Vladimir Costa (SD), ficou marcado pela efusividade e por uma posterior tatuagem – temporária – com o nome do presidente Temer. Tempos depois, ele indicou um irmão para chefia a Superintendência do Incra no Tapajós, em Santarém.

Quando falamos em papel decisivo no impeachment e na manutenção de Temer no poder é porque isto se reflete nos números. Em levantamento realizado em 2016, constatamos que metade dos votos (50%) pelo impeachment de Dilma Rousseff saiu de integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária^{viii}. Tomando-se o universo de eleitores da FPA naquele momento, 208 deputados, 82,7% (172 deputados) votaram pelo impeachment. Em agosto de 2017, na primeira votação para admissão de abertura de um processo contra o presidente Michel Temer, a participação dos deputados ruralistas também foi decisiva: 51% dos votos saíram dessa bancada. Dois meses depois, em outubro, nova votação relativa a Temer: 55% dos votos foram de integrantes da FPA^{ix}.

Agora vejamos a participação, por regiões, dos votos dessa frente contra a presidente Dilma Rousseff.

Votos da FPA contra Dilma

Sudeste – 58
Sul – 38
Nordeste – 29
Centro-Oeste – 25
Norte – 22
Total – 172

Mesmo antes de compilar esses números já falávamos de golpe ruralista. Isto diante da evidência da participação ativa da bancada e dos primeiros atos do governo Temer (muitos deles prometidos durante a negociação para o golpe), como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. WELCH (2017) recriou a expressão para *agrogolpe*, ao falar do conceito foucaultiano de governamentalidade. Ele cita os franceses Dardot e Laval, para quem os neoliberais não só procuram diminuir o papel do Estado, mas também “inculcar nas pessoas os motivos dessas mesmas medidas como valores”. Os indivíduos são encorajados a se ver como microempresários, argumenta, enquanto desvalorizam “aqueles que não possuem esses traços ou recebem subsídios governamentais para apoiar seu bem-estar”. Transformados em empreendedores competitivos, menos os indivíduos exigirão do Estado e dos ricos e ficarão presos “em uma corrida contra todos e tudo”. “Essa ecologia política está preparada para aceitar extremos de riqueza e pobreza e prontinha para topar chefes de estado autoritários”.

O AVANÇO TERRITORIAL

À tomada do poder político corresponde uma estratégia de avanço territorial. Se Adolf Hitler falava em um “espaço vital alemão”, fazendo uma incorporação específica do conceito de espaço vital de Friedrich Ratzel, o candidato Jair Bolsonaro fala em não dar “nem um centímetro a mais” para indígenas e quilombolas^x. Os ruralistas reivindicam mais território na mesma medida em que invocam para si a condição de responsáveis por colocar a comida no prato dos brasileiros – ignorando a participação majoritária dos camponeses nesse processo, talvez maior que os sempre mencionados 70% (MITIDIERO, 2017). Como o momento geopolítico não prevê a expansão por fronteiras administrativas, um dos mecanismos possíveis é a expansão pelas fronteiras agropecuárias, em um processo interno de neocolonialismo.

O território a ser expandido é o território do capitalismo – conforme a linha de pesquisa defendida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Após enumerar projetos de lei apresentados por parlamentares da região Sul, COSTA (2012) observou que a bancada ruralista – mesmo heterogênea - afina seu discurso em torno de um interesse comum: “manter intocável o latifúndio, e cada vez mais ampliar o

controle sobre o território”. “Disputam este projeto de expansão do agronegócio e acumulação rentista, com a classe camponesa, pretendem tomar as terras dos povos originários e questionar as conquistas da Constituição de 1988, que reconheceu a luta indígena e quilombola garantindo a estas etnias acesso à terra e à demarcação de seus territórios”.

Em levantamento convergente com esse trabalho, mostramos (CASTILHO, 2012) que dezenas de políticos das regiões Sul e Sudeste eleitos em 2008 e 2010 possuem terras no Centro-Oeste e na Amazônia. Entre eles, parlamentares ruralistas. Um exemplo, as terras dos irmãos Celso e Casildo Maldaner (MDB-SC) em São Félix do Xingu, no Pará. Naquele momento, os deputados da região Sul tinham mais hectares fora da região Sul do que nela própria. COSTA (2012) assinalou que vários políticos da região Sul, como o próprio Maldaner, foram estimulados pelos governos militares a “colonizar” áreas de fronteira no Cerrado e na Amazônia, expandindo o latifúndio para aquelas regiões.

Do ponto de vista das eleições majoritárias, importante observar que não necessariamente os candidatos que referendam esse projeto de expansão possuem propriedades de terras ou interesses diretos no setor. Em 2018, nem Geraldo Alckmin nem Jair Bolsonaro – para mencionarmos aqueles mais apoiados pelos ruralistas – são fazendeiros ou donos de empresas agropecuárias. Um deles é médico, o outro um capitão reformado. Ambos com sucessivos mandatos como deputados e, no caso do tucano, governador.

CONCLUSÕES

As falas de parlamentares ruralistas e de presidenciáveis comprometidos com esse grupo não podem ser consideradas apenas como folclóricas. Elas têm uma interface real de poder, que se expressa em projetos de lei (que retiram direitos de povos tradicionais) e em ações diretas no campo. Em dezembro de 2013, por exemplo, parlamentares ruralistas participaram em Campo Grande do Leilão da Resistência, inicialmente concebido como uma forma de adquirir recursos para o armamento dos fazendeiros contra os indígenas. Entre as motivações centrais da bancada ruralista, de mãos dadas com uma visão de mundo supremacista, racista, está o avanço territorial. No que refere à democracia, o jogo é de mão dupla: tanto esses parlamentares podem ser decisivos na derrubada de uma presidente – e na manutenção de outro – como ampliar seu poder no cenário eleitoral.

Significativo, neste último sentido, que dois dos principais candidatos à Presidência da República, em 2018, defendam abertamente o porte de armas no campo. Capitão reformado do Exército, o paulista Bolsonaro – nascido em Campinas - tem na defesa das armas uma de suas marcas. “Invadiu, é chumbo”, diz ele sobre ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)^{xi}. O candidato do PSDB, o também paulista Geraldo Alckmin, escolheu uma senadora ruralista, Ana Amélia Lemos (PP-RS), para compor como vice sua chapa, e afirmou que o porte de arma na área rural “deve ser facilitado”^{xii}. Escolhida como vice do candidato Ciro Gomes (PDT), a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) foi uma das parlamentares – depois ela se tornou ministra da Agricultura, durante o governo Dilma Rousseff – que estiveram

no Leilão da Resistência, no Mato Grosso do Sul. Lembremos de Arendt e das palavras que escamoteiam a realidade: “resistência”, no caso, foi a palavra utilizada pelos ruralistas para definir o que se desenhava como uma nova ofensiva.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Schocken Books, 1951.
- BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito FUNAI/INCRA II. Presidente Deputado Alceu Moreira, Relator Deputado Nilson Leitão. Brasília (DF), 2017.
- BRUNO, Regina Angela Landim. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas, tese de doutoramento. Unicamp (IFCH), 2002.
- BRUNO, Regina Angela Landim. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Texto de Conjuntura nº 9. Rio de Janeiro, novembro de 2015.
- CASTILHO, Alceu Luís. Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. Contexto, São Paulo, 2012.
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2012.
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Centauro, São Paulo, 2016.
- MITIDIERO JR., MARCO A. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. Revista Pegada, Artigo Especial, v. 18, n. 3, 2017
- SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.
- TELES JUNIOR, Adenevaldo. O genocídio indígena contemporâneo no Brasil e o discurso da bancada ruralista no Congresso Nacional. Dissertação de mestrado. UFG, Goiânia, 2018.
- WELCH. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe de 2016. O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas. Org.: Fabiano Coelho e Rodrigo Simão Camacho. Editora CRV, Curitiba, 2018.

Contato com o autor: Alceu Luís Castilho <alceu.castilho@usp.br>

Recebido em: 16/02/2018

Aprovado em: 22/07/2018

¹ Há outras frentes específicas de representação do agronegócio no Congresso, como a Frente Parlamentar da Silvicultura e a Frente Parlamentar Mista do Biodiesel.

-
- ii G1, 12/02/2014. Em vídeo, deputado diz que índios, gays e quilombolas 'não prestam'. <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>> Acesso em 05/08/2018.
- iii Vice de Bolsonaro: país herdou indolência do índio e malandragem do negro. <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/vice-de-bolsonaro-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/> Acesso em 06/08/2018.
- iv Justiça condena Bolsonaro por 'quilombolas não servem nem para procriar' <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-bolsonaro-por-quilombolas-nao-servem-nem-para-procriar/> Acesso em 06/08/2018.
- v Em vídeo, Flávio Rocha chama integrantes do MST de 'terroristas' e 'vagabundos'. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/em-video-flavio-rocha-chama-integrantes-do-mst-de-terroristas-e-vagabundos.70002219559> Acesso em 06/08/2018.
- vi CASTILHO, Alceu Luís. De Olho nos Ruralistas, 03/05/2017. Relatório da CPI da Funai criminaliza antropólogos, procuradores, Cimi, CTI e ex-ministro. <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/05/03/relatorio-da-cpi-da-funai-criminaliza-antropologos-procuradores-cimi-cti-e-ex-ministro/>> Acesso em 06/08/2018.
- vii Fonte: FPA/compilação do autor. (<http://fpagropecuaria.org.br>) Acesso em 17/07/2018.
- viii CASTILHO, Alceu Luís. De Olho nos Ruralistas. "Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer". <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/>> Acesso em 06/08/2018.
- ix CASTILHO, Alceu Luís. De Olho nos Ruralistas. "55% dos novos votos a favor de Temer saíram da Frente Parlamentar da Agropecuária". <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/10/26/55-dos-novos-votos-favor-de-temer-sairam-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>> Acesso em 06/08/2018.
- x "Nem um centímetro a mais para terras indígenas", diz Bolsonaro. Em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>> Acesso em 05/08/2018.
- xi O Estado de S. Paulo. Bolsonaro sobre MST e MTST: 'Invadiu, é chumbo'. <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-diz-que-e-melhor-perder-direitos-trabalhistas-que-o-emprego.70002317744>> Acesso em 06/08/2018.
- xii Em reação a Bolsonaro, Alckmin defende facilitar porte de armas no campo. <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/em-reacao-a-bolsonaro-alckmin-defende-facilitar-porte-de-armas-no-campo.shtml>> Acesso em 06/08/2018.